

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ricardo da Silva Miranda¹ - UFAC

Sirley Gonçalves de Rezende² - UFAC

Ademácia Lopes de Oliveira Costa³ - UFAC

Eixo Temático 1: Do direito à escolarização: políticas de acesso, permanência e qualidade social

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior por meio de estudos já realizados sobre o assunto. Adotou-se como metodologia, uma abordagem qualitativa, por meio das pesquisas bibliográfica e documental. Os dados foram analisados com o auxílio de autores como Costa (2009; 2014), Duek (2011), Mendes (2006), Carvalho (2008), Kassar (2011), Glat (2005), Pieczkowski (2012), Antunes et al (2013), dentre outros. Os resultados revelam um avanço significativo para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, sobretudo, através da legislação e das políticas públicas. O estudo enfatiza a necessidade de realização de melhoria estrutural, arquitetônica e acima tudo humana, por meio da oferta de capacitação e formação para o atendimento a esse alunado, tornando o ambiente acadêmico realmente inclusivo. Além disso, a pesquisa revela a necessidade de continuidade das pesquisas relacionadas a temática educação especial nas universidades, sob as mais variadas perspectivas. Conclui-se que o desafio permanece, ou seja, não basta incluir esses alunos no ensino superior, é preciso ofertar maneiras de mantê-los com qualidade nesse nível de ensino o que demanda mudança de postura e de atitudes dos atores envolvidos no processo. Destarte, para a possível resolução das barreiras apresentadas na pesquisa, sugere-se mudanças nas práticas didáticas e na cultura educacional das instituições, olhando sempre esses alunos por suas capacidades e não por suas limitações, pois foram essas capacidades que lhes possibilitaram chegar ao ensino superior, mantê-los, ofertando-lhes acessibilidade e um ensino de qualidade é responsabilidade da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Deficiência. Ensino Superior.

¹ Licenciado em Letras Inglês da Universidade Federal do Acre – UFAC. Foi Bolsista PIBIC. E-mail: mricardo759@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal do Acre/UFAC. E-mail: sirley.g.rezende@gmail.com.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens – PPEHL. Universidade Federal do Acre – (UFAC), Campus, Rio Branco – Acre. E-mail: ademarciaacosta@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1990, período de reforma educacional no sistema de ensino brasileiro, foi caracterizada pela efervescência de leis, decretos, debates e discussões sobre a proposição de tornar a escola regular uma escola inclusiva, sobretudo com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996. No entanto, durante um longo período, a educação inclusiva era automaticamente associada ao ensino fundamental e ao ensino médio, algo que, atualmente, tem sofrido mudanças, se estendendo até o ensino superior.

Nesse contexto, se insere o presente estudo com o objetivo de apresentar uma reflexão sobre a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior por meio de estudos já realizados sobre o assunto.

O presente estudo se constitui relevante, por nos possibilitar sintetizar as principais dificuldades identificadas por pesquisadores do campo da educação especial na perspectiva inclusiva, bem como identificar os principais pontos de convergência entre as falas, nos permitindo perceber que, independentemente do cenário relacionado a efetiva inclusão do público alvo da educação especial, as dificuldades e os desafios se fazem presentes, demandando-nos pensar meios para superá-los.

Para o desenvolvimento do trabalho nos fundamentamos nas ideias de autores como: Glat (2005), Mendes (2006), Carvalho (2008), Kassar (2011) e outros no que diz respeito a educação especial e a educação inclusiva.

Para tal, o texto vem subdividido em introdução, apresentando breve contextualização dos fatores que nos levaram a desenvolver a referida pesquisa. A descrição das metodologias adotadas para o seu desenvolvimento, seguida de reflexão sobre o processo de “chegada” da educação inclusiva no ensino superior, no concernente às dificuldades e propostas encontradas. Em sequência apresentamos os resultados e discussões dos dados. E finalizando, apresentamos as considerações finais relatando os resultados encontrados na pesquisa.

2 METODOLOGIA

Para tanto, utilizamos uma abordagem qualitativa, por meio das pesquisas bibliográfica e documental, através de estudos e de resultados de pesquisas que tratam do acesso e permanência desse alunado no referido nível de ensino.

A pesquisa de cunho bibliográfico é entendida como aquela que é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p. 44). Para Gil (2002) é imprescindível antes de todo e qualquer trabalho científico fazer uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre o tema em questão e não começar a coleta de dados e depois fazer a revisão de literatura. Assim, adotamos como material de estudo a literatura voltada para a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.

Nessa direção, fizemos um levantamento bibliográfico, no qual o primeiro passo foi a realização de um levantamento de estudos (teses, dissertações, livros, artigos, revistas científicas etc.) produzidos na área da educação cuja abordagem apresentava a discussão de inclusão, deficiência e ensino superior. Esses levantamentos foram feitos através de visitas a bibliotecas públicas e bibliotecas digitais disponíveis na internet.

Ressaltamos que os dados foram analisados com o auxílio de autores como Costa (2009; 2014), Duek (2011), Mendes (2006), Carvalho (2008), Kassar (2011), Glat (2005), Pieczkowski (2012), Antunes et al (2013), dentre outros.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES E PROPOSTAS ENCONTRADAS

A educação inclusiva tem sido pauta de discussões nos últimos anos, defendendo a inclusão de todas as pessoas no ensino regular, sob a afirmação de que todos são beneficiados “quando as escolas promovem respostas às diferenças individuais de estudantes” e que com isso “são impulsionados os projetos de mudanças nas políticas públicas” (BRASIL, 2015, p. 9), conduzindo ao debate sobre os rumos educacionais da educação especial, sendo imprescindível para a discussão das transformações por ela demandadas (estrutural, atitudinal, conceitual, pedagógica, e outras), levando assim a escola

a ser concebida como “um espaço que reconhece e valoriza as diferenças” (BRASIL, 2015, p. 9). Dentre esse imenso público, voltamos nosso olhar para o aluno com deficiência.

Desenvolvida com a finalidade de atender as necessidades das pessoas com deficiência, vistas como incapazes por um longo período ao longo da história, e mantendo-os segregados e ofertando-lhes um ensino separado dos demais, como uma espécie paralela de ensino, tomando por base os parâmetros de normalidade e o princípio de homogeneização dos indivíduos. Assim, sob esse prisma, como exposto por Kassir (2011, p. 62) “a educação especial constituiu-se como um campo de atuação específico, muitas vezes sem interlocução com a educação comum”.

Com o avançar dos anos e dos debates, “o modelo segregado de Educação Especial passou a ser severamente questionado, desencadeando a busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, mesmo os portadores de deficiências severas, preferencialmente, no sistema regular de ensino” (GLAT, 2005, p.35). Assim a Educação Especial, passou a receber novos olhares e com isso a adquirir novos entendimentos, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal do Brasil, sancionada no ano de 1988, ao reconhecer a educação como um direito de todos, sem distinção. Passando a ser “assim instituída, no âmbito das políticas educacionais, a Integração” (GLAT, 2005, p.35).

Ainda com fundamentação em Glat (2005) é possível afirmar que essa mudança de perspectiva relacionada ao

pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências que tomou força em nosso país com o processo de redemocratização, resultou em uma transformação radical nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento a este alunado (GLAT, 2005, p.38).

Soma-se a isso, a pactuação de acordos e políticas internacionais, dos quais o Brasil foi signatário, e que reafirmam a educação como direito, além de se declararem favoráveis a oferta de uma educação inclusiva, da universalização do ensino e da promoção da equidade, dentre outros apontamentos. A exemplo desses documentos, citamos aqui: Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), os quais trazem ao cenário educacional brasileiro o surgimento do movimento da Educação Inclusiva. Sob

a influência desses instrumentos, vários outros documentos foram elaborados no país: Leis, normas, Decretos, Resoluções, políticas e outros.

De acordo com Freitas (2006, p.40) “o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os alunos devem aprender juntos, independente de suas dificuldades ou talentos, deficiência, origem sócio-econômica ou cultural” reforçando a ideia do respeito às diferenças, porém para que isso ocorra suscita mudanças sociais, políticas e atitudinais, “bem como um esforço mútuo de todos os profissionais da educação na busca pelo aprimoramento da prática educativa” (FREITAS, 2006, p.40). Ainda na concepção da autora “incluir e garantir uma educação de qualidade para todos é, atualmente, o fator mais importante na redefinição dos currículos escolares, desafiando a coragem das escolas em assumir um sistema educacional para todos os alunos” (FREITAS, 2006, p.40).

Sob esse novo enfoque, é promulgada a Lei de Diretrizes da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96), a qual apresenta a Educação Especial como sendo uma das modalidades da educação, destinando um capítulo especificamente voltado a ela (art. 58 ao Art. 60), conceituando-a em seu Art. 58, como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Diferentemente do que ocorria anteriormente, em que essa educação ocorria de modo paralelo a educação regular, a oferta dessa modalidade passa a ser prevista de maneira integrada ao ensino regular, devendo perpassar todos os seus níveis de ensino (infantil, básico e superior).

A partir de então, bem como da promulgação de diversas políticas, desde a educação infantil até o ensino superior, o aluno com deficiência, recebe apoio para sua permanência e aprendizado em um banco escolar regular graças ao avanço da legislação e das políticas públicas. No entanto, há ainda muitas falhas, como por exemplo, escolas sem materiais adequados, sem profissionais qualificados e professores despreparados para receberem esses alunos. Mesmo com leis garantindo a entrada e a permanência desse público, propomos pensar esse cenário no ensino superior.

Vale ressaltar que a universidade sendo um local de ensino, pesquisa e extensão, é acima de tudo um local de aprendizado sob a responsabilidade do formador. Sobre isso, Pires (2008), afirma que o professor precisa ser inclusivo para que possa lidar com as diferenças e as diversidades de seus alunos. Para tanto, é importante a universidade se posicionar, dando apoio e suporte ao professor que tenha um aluno com deficiência, orientando-o para que não cometa o equívoco de excluir esse aluno das atividades pedagógicas. Vale nesse momento, citar Banzoni e Masini (2011), que ao apresentarem o resultado de uma pesquisa que realizaram, esclarecem:

Cabe comentar como ao falar do despreparo dos professores, cada um dos três grupos de alunos com deficiência se refere a diferentes atitudes dos professores: com os estudantes com deficiência visual os professores se portam de modo complacente, cobram menos desses alunos; dos estudantes com deficiência auditiva não atendem às solicitações dos alunos de falar de frente para o aluno distraem-se, parecendo não ouvi-los; aos estudantes com paralisia cerebral desaconselham a fazerem o curso queixam-se de que perturbam a concentração dos colegas, quando ficam na classe (BANZONI; MASINI, 2011, p. 20).

Nesse entendimento, as ações de alguns professores nas universidades acabam dificultando a permanência do aluno com deficiência, tais atitudes estagnam também o aprendizado desse alunado. Para que a universidade seja possível para todos, antes de tudo, o docente deve propiciar um ambiente no qual seus estudantes com deficiência se sintam incluídos, sendo tratados a partir de suas possibilidades e não da deficiência, ou seja, “devemos ter crença no potencial humano; a certeza de que todos podem aprender e de que existe a vontade sincera de provocar mudanças” (CARVALHO, 2004, p. 81).

Desse modo, tratar sobre a educação inclusiva extrapola os muros das universidades e alcança a legislação e a sociedade como um todo, sobretudo, quando se discute não apenas o ingresso, mas a permanência deste aluno com deficiência no ensino superior. É preciso discutir ainda a questão financeira, as verbas que são voltadas para a inclusão, assim como Duarte et al (2013) lembram:

Não se pode esquecer ainda, que o desafio da inclusão no ensino superior passa por decisões que extrapolam os muros das universidades públicas. É preciso considerar que a universidade pública brasileira não pode ser tomada como a única responsável por este processo, mas como parte integrante da implementação de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações e iniciativas neste contexto. (DUARTE et al, 2013, p. 4).

Deve-se pensar que para haver a inclusão desse alunado é preciso que os professores estejam preparados e capacitados. Logo, é preciso que haja também “[...] a formação continuada de professores, adaptação do currículo, assessoria psicopedagógica, produção e adequação de recursos pedagógicos, pois é impossível apregoar a inclusão sem ações que equiparem as condições para o acesso ao ensino, aprendizagem e avaliação” (FERREIRA, 2007, p. 45). Outro ponto que precisamos refletir é sobre a permanência da inclusão deste alunado na universidade, pois segundo Ferreira (2007) é preciso atentar todo o percurso feito pelo aluno com deficiência desde o acesso até sua saída da universidade, se ele teve um suporte na sua entrada no ensino superior, se teve acesso a materiais especiais para auxiliar nos seus estudos e se este aluno se sentiu recebido na instituição. Visando essa reflexão, vale recorrermos a algumas pesquisas já realizadas nesse contexto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos a seguir resultados de pesquisas que tratam das dificuldades e problematizações acerca da inclusão e permanência de acadêmicos com deficiência no ensino superior.

Perini (2006) elaborou a dissertação de mestrado focando sua pesquisa na evolução da inclusão do acadêmico que possui deficiência, dando ênfase nas instituições de ensino superior de Goiás. Sua pesquisa foi dividida em duas partes, a primeira parte voltada aos fatores legislativos e históricos que giram em torno da definição de inclusão e como isso afetou e de certa forma plantou o seu oposto, a exclusão, no ambiente acadêmico. A segunda parte da sua pesquisa discute acerca da Universidade e seus deveres voltando novamente para a parte histórica, mas com um olhar mais fixo na inclusão desse alunado que possui alguma deficiência e como as instituições de Ensino Superior – IES se capacitam para receber os mesmos. A autora conclui que não há inclusão nas IES onde foram realizadas a sua pesquisa, no entanto, os estudantes se sentem gratificados por fazerem parte da comunidade acadêmica, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam.

Carvalho (2015), em sua dissertação de mestrado, tinha como objetivo compreender a caminhada enfrentada pelos alunos com deficiência no curso de contabilidade, podendo ser no ambiente acadêmico, durante a graduação ou em seus respectivos empregos. A autora abordou em sua pesquisa fatores históricos e legislativos voltados para a educação especial, dando maior ênfase em relatos de histórias de vida dos graduandos, focando nas dificuldades e nos favorecimentos. A autora pôde constatar um aumento no número de alunos que possuem alguma deficiência ingressando no Ensino Superior e como as universidades melhoraram sua acessibilidade e permanência. A conclusão de sua pesquisa é de que mesmo as IES tendo tido bastante progresso com o passar dos anos em relação à inclusão e permanência destes alunos, ainda existe a necessidade de melhorar seu campus, tanto em termo estrutural quanto humano.

Santos (2009), para sua dissertação de mestrado, realizou uma pesquisa tendo por objetivo entender quais as definições que os estudantes universitários possuem de deficiência, formação de professores e processo ensino-aprendizagem. A pesquisa foi realizada na região Sudeste do Brasil com a participação de 27 universitários do Curso de Pedagogia. O resultado evidencia que os acadêmicos realmente se importam com as problemáticas em torno da educação especial, mesmo tendo divergências no que eles acham mais importante para o sucesso do estudante que possui deficiência dentro da universidade. A pesquisa conclui que ainda é preciso a continuidade nos trabalhos girando em torno da temática educação especial nas universidades, mesmo com os avanços que já existem, para que assim este alunado que possui alguma deficiência tenha todo o apoio e ajuda em sua graduação e as IES possam adaptar-se cada vez mais visando uma educação inclusiva.

Duarte (2009), em sua dissertação de mestrado, realizou uma pesquisa que abordou a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior em uma universidade de Juiz de Fora/MG. O objetivo da pesquisa foi fazer um levantamento da quantidade de alunos com deficiência em seu processo de inclusão; e ainda, analisar suas trajetórias de vida nos cursos de Educação Física. Os resultados da sua pesquisa revelam que nas instituições de ensino

superior em Juiz de Fora têm 37 alunos com deficiência na rede privada e 8 na rede pública. A autora conclui que os participantes da pesquisa concordam que precisa haver mudanças na arquitetura dessas universidades para tornar o ambiente mais acessível a todos.

Watzlawick (2011) percorreu em sua dissertação sobre o procedimento de inclusão de pessoas com deficiência que adentraram a universidade através do Programa de Ações Afirmativas no início de 2009, na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-RS. Teve como objetivo sondar o processo de inclusão educacional deste alunado a partir do Programa de Ações, indicando as possibilidades de seguimento e conclusão dos cursos escolhidos por estes alunos. O resultado de sua pesquisa esclarece que há certa dificuldade de ingresso nas universidades públicas pelos alunos com deficiência, quando não há programas específicos para isso.

Viana (2010), para sua dissertação, realizou uma pesquisa cujo objetivo principal era analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência nos cursos de licenciatura nas instituições de ensino superior de Maceió/AL. Foi realizada uma pesquisa semi-estruturada com 14 acadêmicos com deficiência, respectivamente matriculados em cursos de licenciatura. Constatou-se que mesmo com o acesso a recursos especiais, era preciso melhorar certos pontos para o sucesso da inclusão no ensino superior, pois as universidades de Maceió ainda possuem grandes limitações para receber os alunos com deficiência (estrutural e humana) e, sobretudo, não se encontram preparadas para enfrentar as inúmeras formas de exclusão e discriminação que os alunos com deficiência sofrem no ambiente acadêmico.

Aprofundando o assunto, é necessário trazer resultados de uma pesquisa na qual foi revelado o número de pesquisas voltado para a temática da Educação Inclusiva. Os autores são Brito e Zeppone (2013), que ao realizarem uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, no período de 2002 até 2012, esclarecem que foram examinadas 66 dissertações e 11 teses de doutorado em torno do tema inclusão de alunos com deficiência. Ratificam que tais

estudos foram desenvolvidos em diversas áreas de conhecimento, desde áreas das exatas até as áreas de humanas. Outro dado trazido por Brito e Zeppone (2013), é que foram produzidos cerca de 77 trabalhos por instituições de ensino, nos quais as temáticas vão desde trajetória escolar (11 trabalhos produzidos), até políticas de inclusão (08 trabalhos produzidos), e afirmam que

[...] dentre as temáticas dos estudos, 11 produções têm como foco a trajetória escolar dos sujeitos com deficiência no Ensino Superior e apenas 1 deles trata da trajetória escolar de um professor com deficiência física ao Ensino Superior. O restante se dedica ao estudo do universo escolar dos alunos universitários. (BRITO e ZAPPONE, 2013, p. 100).

No que se refere aos tipos de deficiência que são abordados nos trabalhos realizados nas instituições de ensino superior, os autores assinalam que:

[...] verifica-se que do montante de 77 produções, 17 trabalhos se referem à deficiência visual, que concentra o maior número de produções, seguida da deficiência auditiva com 9 produções; a física num total de 3, a deficiência intelectual, com apenas 1 trabalho sobre a Síndrome de Down e por fim, as Altas Habilidades/Superdotação com apenas uma produção. Não foi localizado nenhum trabalho sobre pessoas com deficiência múltipla no ensino superior. (BRITO e ZAPPONE, 2013, p. 100-101).

Quanto a abordagem metodológica, são 38 trabalhos do tipo qualitativo, 03 do tipo quantitativo, 07 do tipo qualitativo e quantitativo e 29 não especificado, totalizando 77 trabalhos como “um certo tipo de pesquisa”. Sobre os procedimentos de coleta de dados, 104 trabalhos utilizaram diversos tipos de procedimentos desde a entrevista até os não especificados, o procedimento mais usado, de acordo com o banco de teses e dissertações da CAPES e a BDTD, é a entrevista, com 43 trabalhos; ficando em segundo lugar a análise documental, com 17 trabalhos produzidos; e os menos usados são filmagem e formulários, com 01 trabalho produzido cada um. (BRITO; ZAPPONE, 2013).

Conforme evidenciado, existem inúmeros trabalhos voltados à temática inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior, dando as pesquisas diferentes enfoques, mas não devemos pensar que esse número é suficiente. Percebe-se que os estudos trazem em comum a detecção de barreiras que impossibilitam que esse processo de inclusão ocorra em sua condição plena, e com isso demandam mudanças (arquitetônica, atitudinal, conceitual, pedagógica e outras) e apontam a necessidade de melhorias nas ações que já vem sendo realizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar as universidades, tanto públicas quanto particulares, ainda enfrentam certas barreiras, e com isso a permanência e a inclusão dos alunos que possuem alguma deficiência ainda é um desafio. Mediante as análises, é possível afirmar que houve avanços possibilitados, sobretudo, pelas políticas públicas, debates, mesas redondas, palestras e eventos voltados para essa temática, além dos estudos advindos de teses e dissertações, porém, estes ainda não são o suficiente.

Assim, essa pesquisa revela que há uma preocupação com a acessibilidade do aluno com deficiência na realização de exames no momento da seleção, evidenciando uma ênfase na garantia de condições para o acesso, revela ainda que o discurso de igualdade de oportunidades é ilusório, não correspondendo a realidade em uma das instituições avaliadas por um dos estudos.

Nossa pesquisa ressalta a necessidade de melhoria estrutural, arquitetônica e acima tudo humana, no que diz respeito a necessidade de capacitação e formação para o atendimento a esse alunado, tornando o ambiente acadêmico acessível a todos, e não apenas a uma grande maioria sem deficiência. Demonstra ainda, a necessidade de continuidade das pesquisas relacionadas a temática educação especial nas universidades, sob as mais variadas perspectivas, vislumbrando contribuir para a melhoria do atendimento e do ensino ofertado a esse público nas IES.

Mostra-se notório que a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, ainda se trata de um processo embrionário com significativas alterações tanto para o docente quanto para o discente, apresentando-se como um desafio a ser superado. O desafio se configura com o crescente aumento no número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, uma vez que não basta incluí-los nas salas de aulas, é preciso ofertar maneiras de mantê-los com qualidade.

Destaca-se que para a possível resolução das questões evidenciadas na pesquisa, sugere-se mudanças nas práticas didáticas e na cultura educacional das instituições, olhando sempre esses alunos por suas capacidades e não por

suas deficiências, pois foram essas capacidades que os possibilitaram chegar ao ensino superior.

Complementar a isso, se faz premente a conscientização da importância do envolvimento e engajamento de toda a comunidade universitária, bem como, da conscientização política quanto a importância desse envolvimento, resultando numa mudança de postura face a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. Afinal, como bem coloca Reimers (2020) as leis não se implementam sozinhas, elas precisam de pessoas para serem implementadas.

Mediante o exposto, somente com o engajamento das pessoas envolvidas no processo, as leis que proclamam a inclusão, em qualquer ambiente, poderão vir a tornar-se de fato efetivas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Secretaria Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, Brasília – 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192 Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- BRITO, J de; ZEPPONE, R. M. O. Mapeamento de Teses e Dissertações sobre a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior no Brasil. In: **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. 6, Londrina, 2013.
- BANZONI, F; MASINI, E. A Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Superior. In: **28º Reunião Anual da ANPEd**. 1º ed. Minas Gerais: Caxambu, 2011.
- CARVALHO, R. E. Concepções, princípios e diretrizes de um sistema educacional inclusivo. In: CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CARVALHO, R. O trabalho pedagógico na diversidade. In: CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CARVALHO, C. L. C. de. Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: percepções dos alunos. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2015.

- DUARTE, E. R. A Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior e nos Cursos de Educação Física de Juiz de Fora pede Passagem. E agora? **Dissertação de Mestrado**. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2009.
- DUARTE, E. R; RAFAEL, C. B. S; FILGUEIRAS, J. F; NEVES, C. M; FERREIRA, M. E. C. Estudo de Caso sobre Inclusão se Alunos com Deficiência no Ensino Superior. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.** São Paulo, v. 19, nº 2, p. 289-300, 2013.
- FERREIRA, S. L. Ingresso, Permanência e Competência: uma Realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.** São Paulo, v.13, nº 1, p.43-60, 2007.
- FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. **Revista da Educação Especial. Brasília, Ano**, v. 2, p. 37-40, 2006.
- GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.
- KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. (In) **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.
- PIRES, J. Formação para a inclusão: a aprendizagem da construção de uma identidade inclusiva através das relações pedagógicas estabelecidas no processo formativo do professor educador. In: MARTINS, Lúcia Araújo Ramos. Et al. (orgs) **políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal/RN: EDUFRN, p.53-72, 2008.
- PERINI, T. Í. O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Goiás, Goiás, Goiânia, 2006.
- SANTOS, A. F. Educação Inclusiva no Ensino Superior: o docente universitário em foco. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2009.
- SCHUCHTER, T. M. Políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes pobres no Brasil. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, A. B.; OLIVEIRA, I. M. de. (Org.). **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas** /organizadores. Brasil Multicultural: Campos dos Goytacazes, RJ, 2017. (Cap. 1) p. 58-59.
- VIANA, M. R. G. dos S. O Processo de Inclusão de Pessoas com deficiência nas instituições de Ensino Superior de Maceió. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, Maceió, 2010.
- WATZLAWICK, J. A. de A. As (Im)Possibilidades da Inclusão na Educação Superior. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2011.